

# MÁRCIO MOREIRA ALVES

## Balanço da Educação

Começa em Brasília segunda-feira a Conferência Nacional de Educação para Todos, que pretende sintetizar um ano de trabalhos nos estados e municípios, traçando as diretrizes operativas do plano decenal de educação. Deverão comparecer cerca de mil e 200 educadores de todo o País, representando o milhão de pessoas envolvidas no ensino. Paralelamente, haverá a reunião dos ministros da Educação dos sete países de língua portuguesa. Na tarde do dia 1º os representantes dos maiores países subdesenvolvidos — China, Índia, Nigéria, México e Egito exporão as suas experiências. Ainda na quarta-feira, haverá tempo para os candidatos à Presidência apresentarem as suas propostas. Todos eles, sem exceção, têm colocado a melhoria da educação no topo das suas listas de prioridades.

O ministro Murílio Hingel é o estereótipo do mineiro: trabalha em silêncio. Não se fala mal dele, mas tampouco, bem não se diz. Uma injustiça. Dessa turma de Juiz de Fora que veio na carona do presidente Itamar, parece ser o mais competente. Não fossem por outras razões, pelo menos por ter tirado o Ministério da Educação das manchetes policiais ou das denúncias de fisiologismo eleitoral. A FAE e o FNDE, que gastam mais de R\$ 1 bilhão por ano, foram descentralizados. O dinheiro da merenda escolar é agora entregue diretamente às prefeituras, mediante convênios bianuais. Como o Ministério só assina convênios com municípios que estejam em dia com o FGTS e a Previdência, as verbas que distribui são um incentivo à administração organizada dos seus mil e 900 conveniados. Outro incentivo é a obrigação de se apresentarem projetos para o uso das verbas, inclusive as que são incluídas por parlamentares no Orçamento. Essa regra provocou, a princípio, uma choradeira de políticos, mas já foi absorvida nos usos e costumes.

A conferência da próxima semana tratará de integrar em nível nacional os planos educacionais elaborados por 24 estados e muitas centenas de municípios. Deixaram de apresentar planos somente o Rio Grande do Sul, paralisada

do pela guerra entre os professores e a secretária da Educação, que é também a mulher do governador, o Piauí, porque é Piauí, e São Paulo. A Secretaria da Educação de São Paulo tem perto de 250 mil funcionários e 5,5 milhões de alunos, ou seja, um sexto do total nacional. Em consequência, muitos municípios não mantêm uma escola sequer e o governo estadual não tem dinheiro para dar aumentos aos seus professores.

Apesar dos salários por vezes ofensivos que a maioria dos professores primários recebem, a preparação da conferência mobilizou gente do País inteiro. Chegaram ao Ministério até sugestões escritas a lápis em papel de embrulhar pão.

Um grupo de 27 municípios do norte de Mato Grosso, julgando-se incapazes de elaborar sozinhos os seus programas, formaram um pool, apelaram para a Universidade Federal e apresentaram um plano regional, que começa afirmando: "A região não desanima frente ao descaso dos governantes e às dificuldades ambientais. Tem-se um discurso sobre ensino público, gratuito e de boa qualidade, mas de concreto pouco foi realizado".

Outras comunicações são denúncias, a serem investigadas, ou aplausos, bem aceitos. O fraseado das denúncias é, por vezes, curioso. Exemplo, vindo de Abreulândia, Tocantins: "Estamos à mercê de um relâmpago da honrada administração deste Ministério. A administração pública municipal está emperrada consequentemente pela péssima atuação do prefeito municipal e de sua equipe. É, porém, fantástico e fértil o campo da corrupção". Outro, de Senador Canedo, Goiás: "Vimos alertar da costumária conduta criminosa do prefeito, useiro e vezeiro do desvio de verbas públicas e outros atos ilícitos".

Murílio Hingel está otimista não só sobre a conferência, como a respeito do sistema universitário. Garante que os centros de excelência aumentam e espera bons resultados das avaliações dos cursos de graduação, antes exclusividade da revista *Playboy*, que começam a ser feitas pelo Ministério. Antes assim.